



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 10830.010862/2007-14
Recurso Voluntário
Resolução nº **2401-000.884 – 2ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**
Sessão de 09 de agosto de 2021
Assunto SOLICITAÇÃO DE DILIGÊNCIA
Recorrente JOAO WAINE FERNANDES
Interessado FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência nos termos do voto do relator.

(documento assinado digitalmente)

Miriam Denise Xavier – Presidente

(documento assinado digitalmente)

Rayd Santana Ferreira – Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: José Luis Hentsch Benjamin Pinheiro, Rayd Santana Ferreira, Rodrigo Lopes Araújo, Andréa Viana Arrais Egypto, Matheus Soares Leite e Miriam Denise Xavier.

Relatório

JOAO WAINE FERNANDES, contribuinte, pessoa física, já qualificado nos autos do processo administrativo em referência, teve contra si lavrado Auto de Infração concernente ao Imposto de Renda Pessoa Física IRPF, decorrente da constatação de omissão de rendimentos caracterizados por depósitos bancários de origem não comprovada, em relação ao exercício 2003, conforme peça inaugural do feito, às fls. 20/24, e demais documentos que instruem o processo.

Após regular processamento, interposto recurso voluntário à 2ª Seção de Julgamento do CARF, contra decisão de primeira instância, a egrégia 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara, em 10/10/2019, por maioria de votos, achou por bem conhecer do Recurso do

Fl. 2 da Resolução n.º 2401-000.884 - 2ª Sejul/4ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 10830.010862/2007-14

contribuinte e NEGAR-LHE PROVIMENTO, o fazendo sob a égide dos fundamentos consubstanciados no Acórdão n.º 2401-007.074, com sua ementa abaixo transcrita:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)

Exercício: 2003

LANÇAMENTO. NULIDADE. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. CONTRADITÓRIO. AMPLA DEFESA. INOCORRÊNCIA.

Tendo o fiscal autuante demonstrado de forma clara e precisa os fatos que suportaram o lançamento, oportunizando ao contribuinte o direito de defesa e do contraditório, bem como em observância aos pressupostos formais e materiais do ato administrativo, nos termos da legislação de regência, especialmente artigo 142 do CTN, não há que se falar em nulidade do lançamento.

DEPÓSITOS BANCÁRIOS. PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE RENDIMENTOS.

Caracterizam-se omissão de rendimentos os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto a instituição financeira, em relação aos quais o titular, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

OMISSÃO DE RENDIMENTOS. MERAS ALEGAÇÕES. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.

Reputa-se válido o lançamento relativo a omissão de rendimentos nas situações em que os argumentos apresentados pelo contribuinte consistem em mera alegação, desacompanhada de documentação hábil e idônea que lhe dê suporte.

Irresignado, o Contribuinte opôs Embargos de Declaração, à e-fl. 204/215, com fulcro nos artigos 64 e 65 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, pugnano pela sua reforma em virtude das omissões/obscuridades a seguir discriminadas:

(b) Da alegada omissão quanto à existência de outro titular para as contas bancárias — nulidade da autuação

Quanto à matéria, traz o Embargante como razões recursais nos aclaratórios o abaixo transcrito (fl. 209/212):

No que diz respeito à alegação nulidade da autuação em razão da ausência de intimação de todos os titulares das contas bancárias verificadas pela fiscalização tributária, que constou do Recurso Voluntário do EMBARGANTE, o v. acórdão prolatado apenas se pronunciou sobre a conta do Banco Finasa S/A, nada dizendo acerca das outras duas contas bancárias analisada, incorrendo, assim, em clara omissão do julgado, a justificar o manejo destes embargos de declaração.

A este respeito, reitera-se que o fisco analisou os depósitos e movimentações existentes nas contas bancárias das seguintes instituições: Banco HSBC S/A; Banco BCN S/A e Banco Finasa S/A, tendo concluído que o EMBARGANTE não teria comprovado a origem de parte dos depósitos efetivados nas referidas contas.

[...]

Portanto, desde o procedimento de fiscalização já era de conhecimento que existiam mais de um titular para estas contas bancárias, contudo, o v. acórdão prolatado nada disse a este respeito, sendo de rigor o imediato pronunciamento da Turma a este respeito, que deverá reconhecer a nulidade da autuação fiscal.

Isto porque, conforme já suscitado no bojo do Recurso Voluntário interposto todos os titulares das contas devem ser intimados para comprovar a origem do depósito e, no caso concreto, esta intimação não ocorreu.

[...] (grifo original)

Fl. 3 da Resolução n.º 2401-000.884 - 2ª Sejul/4ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo nº 10830.010862/2007-14

(c) Da alegada obscuridade quanto à existência de outro titular para a conta do banco FINASA S/A e da necessária retificação do valor autuado na remota hipótese de manutenção do Auto de Infração.

Sobre a questão, argumenta a contribuinte conforme trechos abaixo (fls. 214/215):

O acórdão embargado considerou que o EMBARGANTE não comprovou que há outro titular para a conta firmada junto ao Banco Finasa S/A. Contudo, a decisão é obscura e padece de vício, na medida em que o documento apresentado contém todos os elementos necessários a comprovação.

Veja que o documento foi emitido pelo próprio Banco e que desde a data da abertura da conta a titularidade pertence tanto a Sr. João Waine Fernandes e Sr. Antonio Geraldo Lorenzetti, conforme comprova-se o cartão de autógrafos abaixo e que foi encartado ao recurso voluntário:

[...]

Por fim, se há alguma dúvida quanto à existência dos dois titulares era de rigor a converter o julgamento do recurso voluntário em diligência a fim de que o próprio Banco Finasa S/A esclareça essa questão, em observância ao já mencionado princípio da verdade material.

Ao final, requer o acolhimento e o provimentos dos embargos opostos, para saneamento das omissões/obscuridades apontadas.

Submetido à análise de admissibilidade, por parte da nobre Conselheira Miriam Denise Xavier, esta entendeu **por bem acolher em parte** o pleito do Contribuinte inscrito nos Embargos de Declaração, propondo inclusão em nova pauta de julgamento para **sanear a omissão apontada no item (b)** (quanto à existência de outro titular para as contas bancárias), nos termos do Despacho de e-fls. 233/239.

Retornando os presentes Embargos, a este Relator já com Despacho de acolhimento e determinação de inclusão em pauta, consoante encimado, assim o faço.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Rayd Santana Ferreira, Relator.

Uma vez realizado o juízo de validade do procedimento, verifico que estão satisfeitos os requisitos de admissibilidade dos embargos de declaração e, por conseguinte, dele tomo conhecimento.

Em suas razões recursais, pretende o Contribuinte sejam conhecidos seus Embargos, insurgindo-se contra o Acórdão recorrido, por entender ter ocorrido quatro omissões/obscuridades, quais sejam: **(b) Da alegada omissão quanto à existência de outro titular para as contas bancárias — nulidade da autuação e (c) Da alegada obscuridade quanto à existência de outro titular para a conta do banco FINASA S/A e da necessária retificação do valor autuado na remota hipótese de manutenção do Auto de Infração.**

Por fim, pugna pelo recebimento e acolhimento dos presentes Embargos de Declaração, para que a Turma recorrida se pronuncie a respeito dos vícios apontados, de modo a corrigir a conclusão do julgado.

Fl. 4 da Resolução n.º 2401-000.884 - 2ª Sejul/4ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 10830.010862/2007-14

Como já devidamente lançado no Despacho que propôs o acolhimento em parte dos presentes Embargos, constata-se que, de fato, o Acórdão guerreado foi omissivo apenas em relação ao item (a), ou seja, não enfrentamento da alegação de intimação do co-titular.

Dito isto, trataremos apenas da parte admitida, senão vejamos:

DEPÓSITO BANCÁRIO – CONTA CONJUNTA

Conforme se depreende da análise das alegações que instruem o recurso voluntário, constata-se que o Colegiado enfrentou a questão posta nos autos, no entanto, manifestou entendimento apenas em relação a conta no Banco FINASA, como segue a transcrição abaixo:

Do exame das peças processuais, observa-se pelo Termo de Verificação Fiscal, resposta aos termos de intimações fiscais e extratos bancários, não trazem nenhuma informação acerca da co-titularidade da conta n.º 4.851.504-3, agência 091-4 do Banco Mercantil de São Paulo S.A. – FINASA.

(...)

Dito isto, debruçando-se sobre os documentos acostados aos autos, especialmente as respostas aos Termos de Intimação Fiscal e os extratos bancários de fls. 73/92, especificamente em relação a referida conta, não consta nenhuma menção a existência de um co-titular, pelo contrário, coadunam que trata-se de uma conta individual.

(...)

Todavia, também foram lançados a título de omissão de rendimentos os valores constantes das contas 03270/69 no Banco HSBC e 309051-2 do Banco BCN S.A., devendo ser sanada tal omissão.

No entanto, não obstante as substanciosas razões meritórias de fato e de direito ofertadas pelo contribuinte em seu recurso voluntário e não enfrentadas no Acórdão guerreado, há nos autos questão preliminar, indispensável ao deslinde da controvérsia, que deve ser elucidada, prejudicando, assim, a análise da demanda nesta oportunidade, como passaremos a demonstrar.

Depreende-se do “Termo de Verificação Fiscal” que as **contas n.º 03270/69 e 309051-2**, mantidas no Banco HSBC S.A. e no Banco BCN S.A, respectivamente, são conjuntas com o Sr. Luis Carlos de Queiroz, senão vejamos:

24- No curso da ação fiscal, constatou-se que os valores depositados na conta bancária 03270/69, agência 1219 do Banco HSBC S/A e a conta 309051-2, agência 072 do Banco BCN S/A pertenciam 50% para cada titular, qual seja, o fiscalizado e o Sr. Luis Carlos de Queiroz.

Pois bem, vejamos o que diz o artigo 42, da Lei 9.430/96 que trata da infração apurada, *in verbis*:

Art.42. Caracterizam-se também omissão de receita ou de rendimento os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto a instituição financeira, **em relação aos quais o titular, pessoa física ou jurídica, regularmente intimado**, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

(grifamos)

Fl. 5 da Resolução n.º 2401-000.884 - 2ª Sejul/4ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 10830.010862/2007-14

Depreende-se da legislação encimada que para a caracterização da presunção de omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários de origem não comprovada, é indispensável e obrigatória a intimação de todos os titulares da conta fiscalizada. Nesse sentido foi editada a Súmula CARF n.º 29:

Os co-titulares da conta bancária que apresentem declaração de rendimentos em separado devem ser intimados para comprovar a origem dos depósitos nela efetuados, na fase que precede à lavratura do auto de infração com base na presunção legal de omissão de receitas ou rendimentos, sob pena de exclusão, da base de cálculo do lançamento, dos valores referentes às contas conjuntas em relação às quais não se intimou todos os co-titulares.

Dito isto, a principal controvérsia apresentada gira em torno da intimação ou não do Sr. Luis Carlos de Queiroz para se manifestar acerca da origem dos depósitos nas conta de sua co-titularidade.

No entanto, debruçando-se sobre os autos, não há nenhuma informação sobre eventual intimação do Sr. Luis acerca destas contas.

Dessa forma, como a demanda envolve matéria de provas, para o deslinde da questão posta em julgamento e para maior segurança jurídica, além de evitar eventual cerceamento de defesa, necessário se faz a verificação e apreciação da eventual intimação ou não.

Ante o exposto, voto no sentido de converter o julgamento em diligência, a fim de que a autoridade fiscal providencie o seguinte:

I. manifeste-se acerca da intimação ou não do co-titular da conta bancária 03270/69, agência 1219 do Banco HSBC S/A e a conta 309051-2, agência 072 do Banco BCN S/A, antes da lavratura do auto de infração; e

II. caso a resposta ao item I seja positiva, junte aos autos referida intimação (se for em procedimento fiscal próprio, tendo em vista o sigilo fiscal envolvido, traga a parte pertinente a referidas contas).

Nesse diapasão, **VOTO NO SENTIDO DE CONVERTER O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA**, para que a autoridade fazendária competente manifeste-se acerca da intimação de todos os co-titulares das contas encimadas e anexe aos autos a documentação pertinente, pelas razões de fato e direito acima expostas.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

Rayd Santana Ferreira